



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MARCELLA LEITE VIEIRA SANTOS

**SÍNTESE HISTÓRICA DA (RE)ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO
PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (APES)**

**SÃO CRISTÓVÃO
2025**

SÍNTESE HISTÓRICA DA (RE)ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (APES)

MARCELLA LEITE VIEIRA SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do diploma em Licenciatura Plena em História, correspondente ao período letivo de 2024.2 da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Orientação: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

**SÃO CRISTÓVÃO
2025**

Resumo: O presente artigo discorrerá acerca da dificuldade em se manter uma permanente organização da documentação salvaguardada pelo Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), traçando um paralelo entre a chamada grande reorganização, no ano de 1970 e a, novamente, necessária grande reorganização, a partir do ano de 2021. E essa reflexão que diz respeito à História do APES e a importância desse espaço de memória na preservação da documentação ocorrerá tendo em vista o que essa instituição representa, a nível social, para a construção de uma memória coletiva, isso sendo trabalhado à luz de Jacques Le Goff, e analisando se o Arquivo está servindo ao que se propõe, que é permitir o acesso a essa memória. Para isso, utiliza-se como parâmetro as vivências e percepções quando estagiária desse Arquivo, deparando-se com situação semelhante ao relatado pela professora Terezinha Alves de Oliva outrora, na qual se viu assustada com a desorganização da documentação arquivística. A pesquisa se vale de análise exploratória, indutiva, através de fontes documentais, com levantamento bibliográfico, em livros, artigos científicos de websites oficiais, revistas.

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado de Sergipe, História de Sergipe, Tempo Presente.

Abstract: This article will discuss the difficulty in maintaining a permanent organization of the documentation safeguarded by the Public Archive of the State of Sergipe (APES), drawing a parallel between the so-called great reorganization, in 1970 and the, again, necessary great reorganization, starting in 2021. And this reflection regarding the History of APES and the importance of this memory space in the preservation of documentation will occur considering what this institution represents, at a social level, for the construction of a collective memory, this being worked on in the light of Jacques Le Goff, and analyzing whether the Archive is serving its purpose, which is to allow access to this memory. For this, the experiences and perceptions when an intern at this Archive are used as a parameter, facing a situation similar to that reported by Professor Terezinha Alves de Oliva in the past, in which she was frightened by the disorganization of the archival documentation. The research uses exploratory, inductive analysis, through documentary sources, with bibliographical survey, in books, scientific articles from official websites, magazines.

Keywords: Public Archive of the State of Sergipe, History of Sergipe, Present Time.

APRESENTAÇÃO

Numa tentativa de trazer à baila a reflexão sobre a falta de capacidade da sociedade, assim como do governo, de entender a relevância da preservação de suas raízes, é que se debruça este artigo, tendo em vista a importância do cuidado com os registros que revelam fatos ocorridos ao longo dos tempos, inclusive em épocas remotas não vividas pela sociedade da atualidade, perfazendo-se em verdadeiro refúgio de memórias.

Pois, como um espaço para guardar os registros oficiais, e mantê-los organizados e em perfeitas condições de acesso, para resgate de informações e conhecimento da História, dentre vários outros motivos que vão além da finalidade de armazenamento, o Arquivo Público é um lugar de “memória”, de construção da identidade, e que também se revela em espaço de poder, diante de ter a capacidade de, com seu acervo, permitir moldar narrativas.

Seguindo essa linha, dentre vários suportes que podem carregar as variadas vertentes da História, o registro em papel, revelando de forma escrita acontecimentos, demonstra-se uma fonte principal e oficial¹ para esclarecer um tempo histórico.

Assim, perfaz-se em motivo fundamental para a existência do Arquivo a salvaguarda da memória, das raízes de uma determinada sociedade, revelando seus contextos, sua cultura, e tradições em vários ângulos, desde o político ao psicológico, permitindo que se mantenha vivo o passado, em uma verdadeira preservação da memória coletiva.

Dessa feita, a escolha temática a que se propõe este projeto advém, em primeiro lugar, da vivência desta autora como estagiária do Arquivo Público do Estado de Sergipe, que ao ingressar nesse órgão, no ano de 2021, deparou-se com semelhante situação apresentada no texto da professora Terezinha Alves de Oliva, no qual esta evidencia o estado de degradação, sujeira e falta de organização que o encontrou enquanto outrora estagiária, isso na década de 1970.

Em segundo lugar, escrever sobre as condições pelas quais o Arquivo Público estadual passa, de tempos em tempos, poderá refletir em bons frutos para a

¹ Aqui não há preocupação em tecer juízos de valor em relação à possibilidade de criação de um documento que pode ou não ser falso em sua origem, mas apenas ressaltar a primeira, e ainda muito importante, forma de registro histórico, que é a feita em suporte de papel.

História, principalmente fortalecendo junto à comunidade a importância de se guardar de forma adequada a própria cultura e descendência, além de aproximar a instituição de todas as pessoas, contribuindo para uma valorização, e para uma conscientização da busca da preservação do passado para crescimento e fortalecimento de uma sociedade.

E para refletir e discutir sobre esse lugar de tamanha importância, o artigo será dividido em apresentação, seguida de três capítulos que delinearão a trajetória do Arquivo Público de Sergipe, e as considerações finais, de forma que na primeira parte traçar-se-á um panorama geral do histórico da instituição até chegar ao ano de 2021, ponto de partida para o comparativo da problemática que circunda o APES desde tempos remotos.

Na segunda parte destacar-se-á a condição na qual o Arquivo Público se encontrava na década de 1970 e seu árduo processo de “salvamento”, ressaltando a dificuldade de lidar com uma vultosa massa documental, diante de falta de condições, tendo em vista a negligência governamental e a falta de percepção coletiva de que o Arquivo é importante, em uma precariedade histórico-cultural devotada a esse espaço de memória.

E para isso, a fonte bibliográfica principal de comparação e análise será o texto escrito pela professora Therezinha Alves de Oliva, e que foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico.

Na terceira parte a atenção da discussão voltar-se-á aos anos de 2021 a 2023, tempo em que houve o estágio que permitiu um olhar e análise sobre a situação enfrentada pelo APES ao longo dos anos, ressaltando o papel fundamental dos estagiários no árduo trabalho de recuperar o patrimônio documental.

Utilizar-se-á, para tanto, como base teórica, o historiador francês Pierre Nora, que trabalha com a história e a memória, com enfoque mais específico em seu livro: “entre memória e história: a problemática dos lugares”.

Tal obra foi escolhida pela beleza e forma poética com a qual o autor trata a ideia de lugares de memória, em uma perspectiva simbólica de preservação dessa que diz respeito não somente a salvaguarda do passado, mas do que está sendo vivido, ressaltando que o esquecimento é um fato, e nem toda memória² será conservada.

² Na perspectiva de Nora, a memória é um fenômeno sempre atual, sendo a História uma reconstrução problemática, demandando análise e discurso crítico, ressaltando que a forma como a memória acontece sofreu diversas acelerações, devido a um fenômeno de mundialização no qual as chamadas sociedades-memória se findam, numa certa ruptura entre o passado e o futuro, distanciando a verdadeira memória, por vezes, do que concebemos de História, principalmente porque um não existe sem o outro, tendo em

Ademais, tratar-se-á a ideia e importância do acervo documental que deve ser objeto de salvaguarda, a partir de algumas perspectivas do historiador francês Jacques Le Goff sobre a utilização de fontes históricas, enfatizando a importância da preservação do documento diante deste poder ser reflexo de uma dada mentalidade que pode revelar as estruturas de pensamento de uma época, e não um simples registro sem importância.

E, apegando-se, ainda, às ideias trazidas por Le Goff, a construção textual aqui disposta utiliza os documentos como fontes de prova e também de interpretação para corroborar a importância dessa proteção documental que serve à sociedade de diversas formas, que nem ela mesma tem a percepção, e que devem ser interpretadas e criticamente analisadas por pesquisadores da História, por exemplo.

Além disso, as ideias sobre o conceito de arquivo, gestão desses e entendimentos principiológicos terão por base Heloísa Liberalli Bellotto e Nádina Aparecida Moreno, em conversa com o entendimento de Jacques Derrida, tendo por base a obra “Mal de Arquivo” na qual ele trata a organização dos arquivos e sua preservação como influenciadoras da construção da História e da identidade, a nível individual e coletivo.

Assim, o desenvolvimento desse projeto de pesquisa ocorrerá primordialmente por fontes documentais e relato de experiência vivenciada pela autora deste artigo, quando estagiária desse órgão público, utilizando como fonte primária o relatório de gestão elaborado no ano de 2021.

Além disso, utilizará primordialmente fontes bibliográficas para a reflexão de espaços de memória e a importância de salvaguarda adequada ao patrimônio documental, através de livros e artigos científicos, com alguma utilização de palestras de simpósios ocorridos em semana nacional dedicada à reflexão sobre os Arquivos Públicos.

Isso, com vistas a tentar entender um pouco a situação de existência do APES, sua estrutura, sua função na sociedade e se consegue preservar parte da História dos sergipanos, permitindo o acesso à informação nela existentes, sendo assim, uma instituição genuinamente de memória, fundamental deve estar preparada para garantir o amplo acesso às informações nela contidas através da documentação custodiada,

vista que “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares.” (NORA, 1993, p. 7 – 10)

permitindo que preceitos constitucionais sejam respeitados e a identidade cultural do povo sergipano não seja perdida.

PARTE 1 – BREVE HISTÓRICO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (APES)

O Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) é uma instituição que tem como principal finalidade a preservação de documentação produzida pela administração pública do Estado, e guarda uma história conturbada de resistência para permitir a realização de preceitos constitucionais que garantem a informação ampla ao cidadão.

Um órgão público que, apesar de outrora existir de forma subjugada, como uma seção de arquivo de uma biblioteca, por exemplo, somente teve sua real institucionalização, ganhando autonomia no ano de 1923, no governo de Graccho Cardoso, envolto em uma aura de modernização necessária a essa capital, e para isso era preciso existir espaços importantes como essa casa de memória.

Já na atual temporalidade, no relatório de gestão do APES, de 2021, definiu-se como sua missão:

Atuar como órgão central da política estadual de arquivos, promovendo, por meio da gestão, a preservação e o acesso aos documentos da administração pública estadual, contribuindo para a consolidação do Estado democrático de direito, através do acesso à informação, produção do conhecimento e garantia dos direitos do cidadão. (2021, p. 6)

Dessa forma, vislumbrando atender à sua função, permitindo uma ideal gestão, custódia e preservação de documentos; antes de traçar um histórico do APES, importante se faz ressaltar, de modo resumido, a evolução dos suportes e da ideia de arquivo diante das naturais necessidades humanas.

A existência de um Arquivo garante a proteção da memória, individual e coletiva, garante o acesso a histórias que “querem ser achadas”, “querem ser lembradas”, e que não devem ser esquecidas, tornando-as um arcabouço probatório das atitudes humanas, e no caso do Arquivo Público, em especial, fazendo provas das atitudes e decisões governamentais de um determinado local e período.

Espaço necessário para a salvaguarda de documentações que contam histórias sobre as raízes de uma sociedade, documentando fatos que muitas vezes passam despercebidos por anos, que contam sobre política, economia, sociedade, sobre vida, o que não permite um apagamento, por vezes querido de modo estratégico, de realidades administrativas.

A ideia de arquivo como um espaço para guardar o que se entende por importante, um espaço para atender às necessidades específicas de uma determinada época, já passou por um longo percurso histórico de demandas, perpassando pelas variadas formas de se registrar a vida, até o modo como se resguardar a permanência desses registros, numa necessidade do ser humano em não perder sua criação.

Do ponto de vista da manutenção dos registros, estes estão intimamente ligados à evolução da própria humanidade, sendo os diferentes suportes dessa jornada histórica não só objetos para depósitos de informação, mas também fontes por meio das quais pode se entender o desenvolvimento de técnicas e até mesmo da educação até os dias atuais.

Essa trajetória decorreu de um processo de ensaio e erro que se estendeu por milênios, onde se teve a representação do seu entorno, pelo ser humano, através de pinturas em rochas, seguindo da utilização de escrita na argila, os papéis de entrecasca, as tiras de bambu, utilizadas nos primeiros proto- livros, a seda, os dentes e ossos de animais, folhas de palmeiras, utilizadas sobretudo na Índia, carapaças de animais, lâminas de metal, papiro, pergaminho, o papel, inventado na China, que com o advento da imprensa, no século XV, tornou- se indispensável para registro de informações.

A partir disso, não parou a evolução, o que se verifica com os suportes digitais na atualidade. E nessa mesma intelecção, o modo de guardar as informações e preservá-las também é um ponto importante, e que cada vez mais foi se aprimorando, tendo em vista a busca por ordenar todos esses registros, mediante muitos questionamentos como: o que deve ser preservado? Como isso deve ser feito? A quem pertence tais informações? Existe diferença entre o que é privado e o que deve ser público? Dentre outras mais.

No caso da ideia de arquivo, segundo Daniela Porto (2013, p. 13), são múltiplos os enquadramentos que se pode fazer dessa palavra e suas acepções, sendo que, a origem dela advém do latim clássico, com os chamados arquivos de palácios e os

de placas de argila, estes já com a noção de ter cuidado, atentar à disposição e a arrumação das coisas.

E em relação a esses espaços feitos para se alocar os registros e documentações, tem-se que há cerca de seis milênios, antigas civilizações do médio oriente já tinham a necessidade de preservar os seus registros, como nos casos dos registros em papiros, da escrita egípcia, ou no caso da civilização da Mesopotâmia que possuíam espécies de Arquivos no interior de seus templos- Palácios.

Há autores que defendem que essas estruturas podiam ser consideradas como verdadeiros arquivos, mesmo ficando disponível apenas às classes dirigentes e podendo ser concebido como bibliotecas privadas, ou até museus, principalmente pelo conteúdo guardado, com textos literários, testamentos, cartas, missivas governamentais, atos privados, dentre outros (BELLOTTO *apud* PORTO, 2013, p. 15).

Da mesma forma, os primeiros Arquivos do mundo grego estavam em templos e dependências do Senado, também com limitações de acesso, já existindo espaços que serviam de depósito de documentos, como leis, decretos governamentais, inventários, e outros, sendo que, em Atenas, também se dispunha de um local em que se redigia e se conservava documentações expedidas pelo governo, com a ressalva de que os intelectuais possuíam seus arquivos particulares.

No período helenístico já podia se perceber uma organização ordenada, não somente de documentos, mas também de salas, ficando para os romanos grande parcela de avanço no domínio da organização arquivística.

Muitos dos critérios utilizados pelos romanos, que tinham seus arquivos muito semelhantes aos gregos, continuam válidos até hoje, a exemplo da importância concedida à relação entre documento e entidade produtora, que se tornou a chave da arquivística moderna.

Ressalta-se que a professora especialista em biblioteconomia e arquivística, Helloísa Bellotto, afirmou que “entre os povos sumérios, egípcios, assírios e babilônios, os arquivos estavam exclusivamente a serviço das autoridades, eram arquivos reais, religiosos, diplomáticos, onde se achavam leis, tratados, normas e preceitos” (BELLOTTO *apud* PORTO, 2013, p. 16).

Sem pretensão de traçar de modo detalhado o iter histórico da evolução dos arquivos, traz-se à baila a Revolução Francesa, período em que houve uma abertura dos

arquivos ao público, servindo seu acervo ao cidadão comum também, inclusive, sendo em Paris, em 1790, criado o que se considera o primeiro arquivo nacional do mundo (REIS, 2006, p. 6).

Já se percebia uma organização de códices e volumes que se fazia por séries, em uma ordenação cronológica, existindo uma preocupação, inclusive, com a autenticidade dos diplomas, o que era garantida pela conservação dos registros oficiais com respectivas cópias validadas por testemunhas e pela aplicação de selos pendentes, além de se fazer o descarte de documentos que estavam em desuso.

Nessa toada, a palavra arquivo pode ser entendida sob diversos ângulos, que se manifestam como objeto da arquivística em três elementos fundamentais: o arquivo como o conjunto de registros recebidos, gerados ou acumulados por uma instituição no decorrer de sua atividade; o arquivo como o documento em si mesmo; e o arquivo como entidade, com suas técnicas e gestão de recursos vários (PORTO, 2013, p. 30).

Nesse caso, o APES se insere em um arquivo designado para realizar processos de transferência e recolhimento, conforme prevê a Lei nº 2.202/1978, permitindo o acesso livre a todos que tenham interesse nessa documentação. Passando, também por um processo de lutas para seu devido funcionamento.

O Arquivo Público do Estado de Sergipe, uma instituição que existe há 98 anos, e que já funcionou em muitos prédios antes de se estabelecer onde ficava a antiga Biblioteca Pública, é responsável por guardar e preservar os documentos produzidos pela Administração Pública estadual, fazendo com que a história e, porque não dizer, memória da sociedade sergipana não se perca.

Essa instituição funcionou em vários lugares antes de se fixar no prédio atual, o Palácio Carvalho Neto, sendo resultado de inúmeros processos de mudanças e adequações, inclusive, influenciadas pelo processo revolucionário, na França, que institucionalizou os arquivos públicos e “privilegiou a acumulação e a preservação de documentos de valor histórico”, sendo somente a partir dos anos 1950, nos Estados Unidos, que se criou um modelo para racionalização e controle da informação de grandes “massas documentais”, desde a sua produção e armazenamento até a sua destinação final (OLIVA, 2018, p. 28).

Conforme relatório de gestão do APES de 2021, e o seu sítio, sabe-se que o Arquivo Público, em Sergipe, originou-se a partir da criação de uma seção de arquivo na biblioteca da Província, em 1848, à época, em São Cristóvão, sendo transferido para

Aracaju com o estabelecimento desta capital, em 1855, o que aconteceu juntamente com a biblioteca, ficando aos cuidados do ilustre Epifânio Dórea, que, aliás, teve uma íntima relação com o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, outra “Casa de Memória e cultura”, tido por Secretário perpétuo do IHGSE (DANTAS, 2012, p. 12).

Mas, somente em 1923 o governo Graccho Cardoso criou o Arquivo Público Estadual, através da lei nº 845/23, que seria novamente restringido a seção da biblioteca, nos pós-1930, por falta de recursos, e é “recriado” pelo Decreto- lei nº 617/1945, na interventoria federal de Maynard Gomes.

Essa grande quantidade de atos de criação não pôde garantir bases sólidas ao Arquivo que, nas palavras da professora Terezinha Alves de Oliva, em seu artigo ao IHGSE sobre a reorganização do Arquivo Público e a produção historiográfica sergipana:

(...) cuja vida precária foi prejudicial às suas funções. Os documentos ocuparam sucessivamente, salas do Palácio do governo, da Assembleia Legislativa e da antiga Escola Normal, sem encontrarem seu próprio lugar. Entre 1964 e 1970, sob responsabilidade da Secretaria da Justiça, o Arquivo teve que ser retirado do prédio da Assembleia Legislativa que passaria por uma reforma e os documentos foram amontoados em salas e porões de prédios públicos, principalmente da antiga Escola Normal, comprometendo a existência do órgão, situação que perdurou até a criação do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH), na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, a cuja alçada foi transferido, em 25/11/1970. (2018, p. 29)

Ao longo dos tempos, sendo a documentação do APES abrigada em vários prédios de Aracaju, após se desvincular da Biblioteca Pública, em 1947, foi alocada nos porões da antiga Assembleia Legislativa, local em que permaneceu até 1964, quando teve sua documentação transferida para a antiga Escola Normal, onde ficou até 1970, momento em que teve cedido para si o antigo Atheneu Pedro II, carinhosamente apelidado de Atheneuzinho.

Até que em 1975, passou o APES a funcionar no Palácio Carvalho Neto, local onde permanece até os dias atuais com seu acervo, dividido em sete fundos arquivísticos, coleções existentes desde antes da década de 70 e também coleções particulares, abrigando mais de dois milhões de documentos, dez mil obras bibliográficas, entre livros e periódicos, 220 documentos cartográficos, mais de duas mil fotografias, além da documentação administrativa interna.

E com toda essa movimentação aliada às discussões nacionais acerca da importância dos Arquivos e da necessidade de proteger o patrimônio histórico e cultural, é que Beatriz Góis Dantas, como responsável pelo DCPH, estabeleceu como meta a salvaguarda do Arquivo Público, o que deveria ser feito mediante uma relação com instituições arquivísticas outras e com a Universidade, no caso em tela, a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Assim, sendo uma instituição genuinamente de memória, fundamental que esta esteja preparada para garantir o amplo acesso às informações nela contidas através da documentação custodiada, permitindo que preceitos constitucionais sejam respeitados e a identidade cultural do povo sergipano não seja perdida.

PARTE 2 – PROTEÇÃO DOCUMENTAL EM SERGIPE – O APES EM OUTROS TEMPOS

Lidar com uma grande massa documental, de diversas temporalidades, de diversos órgãos não é das tarefas mais fáceis, principalmente se não se dispõe de estrutura condizente com a complexidade de gestão de mais de dois milhões de documentos arquivísticos, como é o caso do Arquivo Público do Estado de Sergipe na atualidade, isso tendo em vista a histórica falta de apoio para a realização de suas atividades e finalidades.

São muitas as variantes e são muitas as dificuldades pelas quais passam a salvaguarda de documentações, refletidas em carências diversas, com a falta de incentivo econômico, a falta de investimento em recursos humanos, a falta de aporte na melhoria dos espaços públicos relativos à guarda das documentações, o que aumenta sobremaneira os problemas desse espaço, já prejudicado pela falta de devida criação de instrumentos de gestão.

Não há um sistema de arquivos em Sergipe, por isso, é referência para este e para vários Estados o SAESP (Sistema de arquivos do Estado de São Paulo), instituído em 1984 com o decreto nº 22.789. Segundo palestra de Eliana Martinelli, outrora diretora técnica do Centro de Arquivo Administrativo, esse sistema teve/tem um papel fundamental na gestão documental do Estado como regulamentador do trabalho com documentos públicos, de assessoria aos Órgãos, de oferecimento de capacitação ao

pessoal, de repositório de técnicas, e para monitoramento e administração dos documentos oficiais.

Apesar da existência do SAESP como direcionador de condutas, é essencial que se realize um sistema de organização de arquivo próprio adequado à realidade documental de cada estado.

A questão do Estado de Sergipe, já há muitos anos protagoniza uma situação de descaso e falta de comprometimento do governo com sua memória documental, e quando não há a noção da importância dessa devida salvaguarda pelo Estado, permite-se a lástima do esquecimento histórico, principalmente porque a memória não se perfaz em um suporte confiável a longo tempo, podendo se confundir, inclusive, com sentimentos e sensações pessoais que, muitas vezes, confundem a percepção do que é ou foi fato ou não.

Ademais, preservar os documentos oficiais advém da própria evolução da necessidade do ser humano de guardar as suas ações e criações, com diversificadas finalidades, e aqui, em especial, ressalta-se a apreensão da história e o documento como prova.

Nesse sentido, tem-se que o processo de deterioração do documento é um fato, e pode se dar pela ação natural do tempo, sendo esse apenas um dos problemas verificados, ou também pode ocorrer aquela deterioração advinda da má salvaguarda que se estabelece para esse acervo, diante da negligência instituída no plano dos Arquivos Públicos.

Como exemplo dessa negligência cita-se a inexistência de tabela de temporalidade em Sergipe, que é instrumento indispensável da gestão documental para definir o procedimento de eliminação ou preservação de documentos, falta essa que acelera o plano de perda desse acervo.

Na História do Arquivo Público do Estado de Sergipe, a precursora de uma organização do Arquivo foi a professora Beatriz Góis Dantas, na década de 70, juntamente com os seus estagiários da Universidade Federal de Sergipe (UFS), dentre eles a professora Terezinha Alves de Oliva que, em relato de experiência, em um artigo publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em sua edição 48, expressou sua perplexidade diante da visão que teve da documentação em estado de completa bagunça.

Isso demonstra a ora devotada precariedade do valor histórico e cultural do arquivo público como patrimônio a ser cuidado na sociedade, o que já era percebida desde essa época, colocando de lado a preservação de documentação importante para a própria pesquisa e descobrimento da História, em especial a sergipana.

Isso, mesmo no caso do APES, que desde sua saída das dependências da Assembleia Legislativa, em 1964, e mesmo com sua fragilidade institucional, ajudou a fortalecer o curso de História da Universidade Federal de Sergipe, em sua conduta de investigação e estudo.

Essa lógica não anda desacompanhada da evolução histórica da gestão documental, que também, nos dias atuais, demonstra-se precária, não possibilitando a efetiva salvaguarda documental e conseqüentemente o devido e amplo acesso à informação, ambos decorrentes da carta magna, apresentada no direito fundamental de acesso pleno à informação.

O APES, que teve origem em 1848 como uma seção da biblioteca da Província, demorou a possuir uma sede própria, o que conseqüentemente pode significar dizer que também não se tinham pessoas especializadas para o fim específico que pudesse tratar a documentação oficial, o que demonstrava sua falta de solidez como órgão estatal.

E esse tratamento refletiu na desordem desse Arquivo que, em mais uma das várias mudanças que foram promovidas, quando retirado do prédio da Assembleia Legislativa que passaria por reformas à época, teve seus documentos amontoados em salas e porões de prédios públicos (OLIVA, 2018, p. 29), evidenciando, inclusive, a alocação documental sem nenhuma preocupação com a qualidade de acondicionamento, ou com a falta de cuidado com uma mínima organização, ou até mesmo com o sumiço dessa documentação.

O trabalho escrito pela professora Terezinha Oliva, foi o passo inicial para a promoção de importante reflexão que trouxe à tona uma discussão relevante sobre a forma como o Arquivo Público é tratado em nosso Estado, em uma discussão de se a sociedade realmente está preparada e conscientizada da importância da preservação desses espaços de memória.

E nessa toada, Beatriz Góis Dantas, graduada em História e professora de etnologia e de antropologia da UFS, personagem importantíssima no florescer desse Arquivo, apareceu como aquela que estabeleceu como meta prioritária o “salvamento do

Arquivo Público, o qual encontrou ‘reduzido a um depósito de papéis velhos’ (OLIVA, 2018, p. 29).

Isso porque desde seus primórdios, o Arquivo Público de Sergipe sofre com o descaso governamental que, visivelmente, não entende a importância desse tipo de espaço de memória, o que se evidencia pelo seguinte relato da professora Terezinha Alves de Oliva sobre o ocorrido na década de 1970:

(...) a situação de ‘perplexidade’ que se apoderou da jovem pesquisadora de então, diante da primeira visão do que seria o Arquivo: ‘A cena com que me deparei quando o funcionário abriu a porta da sala onde estava o acervo era dantesca. Uma imensa montanha de papel (livros, jornais, manuscritos) que ia do chão até perto do teto e se esparramava até a porta de entrada’ (...). Posso falar dessa experiência como testemunha, já que fui uma entre os estudantes que participaram desse trabalho (2018, p. 29 – 30)

Com isso, a jornada de princípios arquivísticos, proveniência documental, respeito aos fundos, a gestão documental como um todo, não tem significado. O documento como fonte principal de conhecimento e pesquisa para construção da História de um povo, fica relegado a papéis velhos, fazendo emergir a pobreza cultural que não existia apenas nessa época, mas ainda hoje, mesmo com toda informação e falsa ideia de esclarecimento sobre a importância de se preservar a história, e as raízes de dada sociedade.

Se pudesse ser feita uma análise da conjuntura que se apresenta na situação acima transcrita, não parece errado entender que a política estatal não se preocupava com a guarda de sua própria cultura, o que reflete na não prestação de serviço, ou prestação de serviço pífio e frágil por parte de um órgão público, nesse caso o Arquivo Público de Sergipe. E isso, por óbvio, reflete em não cumprimento do papel primordial do Arquivo, que é a manutenção da memória e permissão ao acesso pleno dessa.

Deve-se salientar que a década de setenta se apresentava envolta de um governo autoritário, mesmo nesse clima de preservação do “patrimônio histórico”, em que o interesse pela História e pelo patrimônio documental eram estimulados, o que demonstra uma contradição diante da implantação de pós-graduações e início de um processo de valorização da pesquisa acadêmica na área, com o avanço da profissionalização do historiador (OLIVA, 2018, p. 33).

E em Sergipe, essa reorganização do Arquivo Público, com o levantamento de fontes primárias traçaria uma nova etapa de valorização, moldando-se, inclusive, a noção de fonte histórica diante dessa documentação dos arquivos que viria a fortalecer a historiografia sergipana.

Verifique que a Constituição Federal de 1988 trouxe pela primeira vez uma previsão direta sobre o direito fundamental à informação, sendo que o corolário dessa norma maior, somente foi regulamentada em 2011, na tentativa de instrumentalizar melhor o acesso a essa informação, inclusive, descrevendo sobre os agentes público ou militar quando da inobservância dessa, o que demonstra que um avanço relativo a esse acesso ao documento/informação de cunho público ou privado, de si mesmo, é recente na História.

É preciso salientar sobre a importância de um lugar de memória como o Arquivo, porque diante da rapidez com que o tempo se desenrola, não se há capacidade de lembrar, reviver, significar, ou até mesmo ter consciência de si e de seu entorno, chegando à conclusão de que: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” evidenciando que “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 7 – 8).

Assim, na busca de assegurar a existência desse lugar de memória, interessante perceber a dificuldade da década de setenta, que era maior, ficando clara a dificuldade pela qual todos à época tiveram que passar para, minimamente, garantir, que esse espaço de memória e pesquisa continuasse funcionando, respaldando a necessidade de não se apagar a história que tanto ensina e que tanto serve socialmente, contribuindo para uma construção de pertencimento e valorização local.

Essa “massa documental despessoalizada”, então, funcionou em vários lugares antes de se fixar no prédio atual, o Palácio Carvalho Neto, sendo resultado de inúmeros processos de mudanças e adequações, inclusive, influenciadas pelo processo revolucionário, na França, que institucionalizou os arquivos públicos e “privilegiou a acumulação e a preservação de documentos de valor histórico”, sendo somente a partir dos anos 1950, nos Estados Unidos, que se criou um modelo para racionalização e controle da informação de grandes “massas documentais”, desde a sua produção e armazenamento até a sua destinação final (OLIVA, 2018, p. 28).

E no caso da década de 70 esse momento mostrava que a passos curtos, mas com esperanças expectativas, trabalhava-se com a ideia de valorização da documentação de arquivo, na medida em que, estava na pauta de encontros de

governadores, no compromisso de Brasília, por exemplo, onde existiam discussões de incentivo à pesquisa histórica e a defesa desse acervo arquivístico e de bens culturais, em verdadeiro reconhecimento da necessidade de se proteger o patrimônio histórico e cultural, pelos Estados e Municípios.

Mas o que se via aqui em Sergipe em relação à documentação era, conforme professora Terezinha Oliva (2018, p. 29) que a ideia de Arquivo e o que o compunha estava reduzido a um depósito de papéis velhos, onde se tinham documentos amontoados no chão sem condição nenhuma para pesquisa, o que já frustrava o alvorecer desse curso de História da UFS.

Com toda essa movimentação aliada às discussões nacionais acerca da importância dos Arquivos e da necessidade de proteger o patrimônio histórico e cultural, é que Beatriz Góis Dantas, como responsável pelo Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH), estabeleceu como meta a salvaguarda do Arquivo Público, o que deveria ser feito mediante uma relação com instituições arquivísticas outras e com a Universidade, no caso em tela, a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Dessa forma, como bem explanado por Freitas, citado pela professora Terezinha de Oliva (2018, p. 34) esse levantamento das fontes históricas de Sergipe nessa reorganização foi o carro chefe da renovação historiográfica, com relevantes efeitos sobre os estudantes, professores e pesquisadores da época, o que resultaria em desenvolvimento de outros Arquivos e da própria Universidade Federal de Sergipe nas próximas décadas.

E no desenvolvimento dessa “consciência histórica regional” (OLIVA, 2018, p. 36), o trabalho conduzido pela professora Beatriz Góis Dantas com aquela pioneira grande reorganização, tornou-se impactante na clarividência da História, principalmente sergipana.

PARTE 3 – DA PROTEÇÃO DOCUMENTAL EM SERGIPE – O APES EM TEMPO PRESENTE

Um prédio cinza, uma estrutura rígida, já visivelmente diferente de outras arquiteturas em seu entorno, e uma pequenina placa, ao lado da porta, informando se tratar do Arquivo Público do Estado de Sergipe. Um lugar que “olha” os transeuntes

passarem todos os dias; porém, talvez nem se dê conta de que pouco é conhecida a sua existência ali, em local tão privilegiado que é o Centro da cidade de Aracaju, ao menos pelos cidadãos que não estão ligados à pesquisa de alguma forma.

E em uma renovação ampla desse lugar de memória, o ano de 2021 se torna o início de uma nova tentativa de salvamento desse Arquivo Público, o qual, em sua beleza arquitetônica de prédio com uma História também a ser contada, guarda parte da vida de Sergipe, inclusive com documentos ainda a serem descobertos dentre uma grande massa.

Então, como estagiária do APES, nos anos 2021 a 2023, em uma inicial capacitação sobre Arquivos e sua história e características, ao se deparar com a leitura do texto sobre a reorganização do Arquivo Público de Sergipe, ficou surpreendida com tamanha semelhança da situação em que o prédio se encontrava, pois, a desorganização e descuido documental, por fatores diversos, mesmo após a força tarefa de 1970, de alguma forma ainda se apresentava, ou melhor, após, houve uma nova bagunça.

Parafraseando professora Terezinha Alves de Oliva, quando a porta do acervo foi aberta e o espaço específico, onde se encontravam milhares de documentações foi apresentado, essa visão causou um grande choque diante do estado de caos ali explicitado.

Uma espécie de antessala com armários, contendo papelaria e coisas mais, além de objetos no chão, dão as boas – vindas à porta de acesso aos documentos, que já de pronto indicam uma sensação claustrofóbica, devido ao rebaixamento, em estrutura de ferro existente nessa primeira parte, perfazendo-se este, inclusive, em um segundo andar.

Mas, a visão inicial da sala já era de completa falta de espaço, não parecia certo aquele lugar representar a importância da história e memória sergipanas, não parecia certo um Arquivo ser daquela forma. A empolgação de poder ter acesso a registros de épocas passadas, à História “viva”, de trabalhar com fontes originais se sucumbiu pela urgência em, mais uma vez, salvar aquele espaço, inclusive para aqueles que não tem noção do quanto ele é importante.

Uma pequena mesa para um computador, logo à frente uma grande mesa, em madeira maciça escura, e logo ao lado, nesse mesmo espaço, uma imensidão de “papéis amontoados”, em suas primeiras prateleiras, feitas em ferro, aparentemente organizados

em caixas; porém, somente em aparência, pois quanto mais passos se dava ao fundo da sala, mais complexa demonstrava-se a situação do acervo.

Todo esse acervo, nessa época, estava totalmente envolto em poeira, com pacotilhas rasgadas e documentações jogadas, desprotegidas, empilhadas, isso por motivos diversos, sendo evidente que muito dessa desorganização também se dava pela falta de espaço e por conter estantes quebradas e também remendadas.

De longe essa estrutura não estava nem perto do ideal, este podendo ser visto, por exemplo nas dependências do Arquivo do Judiciário, sendo assim, importante ressaltar que um lugar como o APES, que fala de cultura, e mais especificamente, salvaguarda documentos que ajudam a revelar a História, apresentam-se dependentes de pessoas como foi outrora a professora Beatriz Góes Dantas, e atualmente a professora Sayonara Rodrigues do Nascimento Santana que entendam o quanto esse espaço é importante e estrutura falas e versões da realidade, demonstrando-se apaixonadas por sua função e aguerridas em sua proteção.

3.1. DA NECESSÁRIA REORGANIZAÇÃO DO APES NOS ANOS 2021 a 2023

Os documentos não são simples papéis, eles expressam fontes históricas que vão além de registros informativos, mas são fontes com significados culturais e sociais que constata a identidade dos fatos do estado de Sergipe, não somente explicitando de modo direto o que se pode ler ou ver a partir deles, mas também, desmistificando toda uma conjuntura de época, a partir da análise deste.

O historiador Jacques Le Goff pautava suas ideias gerais no sentido de que os documentos não deviam ser analisados apenas pela verdade neles posta de forma evidente, mas pelo contexto no qual foram produzidos, permitindo uma análise da sociedade no qual foi criado, bem como as ideias nele refletidas, em uma verdadeira percepção das mentalidades e culturas de um período.

E está aí uma das raridades que se pode aferir quando de posse de um documento, que não é uma simples fonte histórica que se apresenta apenas com o que está escrito, mas revela um mundo cheio de significados que concebeu tais vontades e

decisões, sendo este um dos maiores motivos pelos quais os lugares de memória precisam ser protegidos e mantidos da melhor maneira para salvaguarda dessa História.

Assim, em um histórico de algumas tentativas de elevar o APES ao lugar merecido, o conjunto de equipe, encabeçado pela nova diretora, e que atualmente permanece nesse cargo, Sayonara Rodrigues, mais uma vez, em uma hercúlea tentativa de salvar os arquivos contidos nesse Órgão, conta com estagiários que nesse momento não vão se debruçar diante das documentações para realizar seu ofício original de estudo das fontes, inventariação, ou estudo de melhor organização, dentre outros.

O ano de 2021, primordialmente, foi o início do alavancamento desse Arquivo, traçando-se objetivos como: preservar 100% dos documentos de valor legal, administrativo ou histórico para garantir a valorização do patrimônio arquivístico nos suportes físicos e digitais; melhorar a qualidade de acesso ao acervo documental, com estratégias de ampliação de atendimento a consultas, inclusive com fornecimento de informações requisitadas por qualquer consulente; implementar o sistema estadual de Arquivos para melhor gestão documental; fomentar a atividade de pesquisa, dentre outros previstos no relatório de gestão do ano de 2021.

E para isso, era necessário primeiro permitir que os arquivos ali guardados estivessem em plena condição de serem consultados por quem assim desejasse. Dessa forma, era preciso saber se a ordem dos arquivos condizia com os instrumentos de pesquisa e se, de fato, todos estavam ali, pois com tantas mudanças de prédios, e até mesmo reformas no atual, não houve o cuidado adequado para tal feitura.

E somente essa primeira etapa já evidencia a realidade de descaso pela qual o Arquivo vinha passando. Ademais, foi preciso abrir caixa por caixa, pacotilha por pacotilha, limpando os documentos com o material que se tinha, uma brochura e panos, trocando tudo que se encontrava rasgado.

Não foi somente um trabalho de salvamento dos arquivos em si, mas do próprio espaço físico, com suas prateleiras e chão envoltos em poeira, limpeza esta, feita, na medida do possível, diariamente pelos estagiários, tanto no retorno dos documentos à prateleira já limpa, quanto varrendo o chão e retirando a poeira acumulada ao final do dia.

Era necessário mais do que a força física e intelectual das pessoas ali, também se precisava de recursos financeiros para se aliarem a essa força tarefa de proporcionar o

melhor ambiente para salvaguarda do acervo, e por isso a diretoria não mediu esforços para angariar recursos para melhoramento da estrutura, tendo recebido quinze mil reais em suprimento de fundos da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC)³, para a compra de materiais de construção a fim de realizar pequenos reparos, para compra de matérias básicos de escritório, além de utensílios para a copa, não fornecidos pelo almoxarifado.

O APES também recebeu materiais e serviços provenientes do sistema de compras governamentais, por dispensa de licitação prevista em lei, sendo utilizados esses recursos para contratação de serviço de limpeza das fachadas de vidros, material para a construção da Galeria dos Diretores do APES, dentre outros.

Além disso, também se adquiriu mesas e cadeiras para a sala de pesquisa, computadores desktops, linha telefônica na portaria, ar-condicionado para a sala da diretoria, e outros que se faziam importantes ao bom andamento do serviço dentro do Arquivo; porém, ainda assim, os recursos adquiridos e gastos, apesar de bem utilizados diante da necessidade de se instrumentalizar o dia a dia do Arquivo, nem de longe eram suficientes para abarcar a problemática existente.

Os desafios eram muitos, e a sala que guardava as documentações era o grande gargalo, pois precisava se trocar todas as estantes, promover limpeza especializada, possuir uma estrutura de refrigeração que permita melhor acondicionamento documental, evitando seu perdimento com o passar do tempo, dentre outros.

Além dos problemas estruturais, também é preciso eliminar de forma célere grandes volumes documentais que já cumpriram com seu prazo legal de guarda, ou documentos que não possuem nenhuma possibilidade de resgate da informação perdida, ou até mesmo os que possuem muitas cópias, e que, possivelmente, terão como destinação final a sua eliminação, permitindo, inclusive, uma melhor organização do Arquivo, com a liberação de espaços de armazenamento.

No APES, por exemplo, há um anexo com documentação que não se sabe nem o que é e nem mesmo seu estado de conservação, ninguém ousando entrar em tal sala por questões de segurança, devido à quantidade de bactérias e fungos que podem

³ Relatório de Gestão do Arquivo Público do Estado de Sergipe, p. 21 - 22

existir nessa aglomeração documental, resultando em um triste; porém, possível perdimento da História por forças alheias a quem está na direção.

É visível a diminuta falta de apoio, desse período aqui explicitado, para a realização de implementação de gestão documental por parte do governo, o que permitiria uma maior empreitada, objetivando melhor organização do espaço documental, o que se arrasta de anos atrás, conforme relatório de gestão do APES dos anos de 2014 a 2018⁴, estes citados no relatório do ano de 2021.

Pode-se dizer que há documentações que “sobreviveram” a ação do tempo, a ação do homem, à ineficiência de Governos não apenas no que diz respeito ao Arquivo, mas no cuidado com sua documentação desde a origem, pois não é comum um rígido controle documental, mesmo ainda em sua fase corrente.

A História precisa ser preservada, e sua importância é indiscutível, mesmo passando despercebida por vezes, por alguns, como é o caso do hábito utilizado por todos de invocar o passado visando convencer alguém, alcançar direitos, terras, ou até enfraquecer inimigos em uma utilização da História de modo pluriforme e universal, conforme se infere da escrita de Margaret Macmillan (2010, p. 119 - 138)

Na verdade, a História serve a diversas utilidades e necessidades, em palco utilizado por inúmeros autores, na tentativa de explicar e fazer entender que o conhecimento do passado auxilia no entendimento da própria vida.

E nesse mister, o documento é resultado de muitas ações, decisões, convicções, omissões, para entender, aprender e até “desaprender”, ou seja, a História é utilizada para vários fins; fornecendo, inclusive, matéria prima para literatura, alargando horizontes; mas esse levantamento só está aqui sendo feito para ressaltar que o documento é fonte principal.

E nessa perspectiva está também a beleza da existência dessa documentação que advém de variadas épocas, pois é produto das relações de força e poder de determinada sociedade, o que somente com a análise do documento enquanto monumento permite-se sua utilização de forma científica, trazendo por resultado a recuperação de uma dada memória coletiva (Le Goff. 2008, p. 535 – 536)

⁴ Ibid. p. 23

Fato é que a mentalidade coletiva aponta para o modo como se concebe a importância do Arquivo, existe um padrão construído inconscientemente ao longo dos tempos e que conduz a atitude de não importância ao que é tido por patrimônio, traçando um caminho de permissividade com a negligência direcionada ao que faz parte da História, e nesse caso, o Arquivo, guardião dos documentos históricos.

E para saber o porquê da sociedade, modo geral, não se preocupar em preservar sua História, pode ser respondida pela análise desta mesmo; contudo, nesse caso o historiador/pesquisador teria que se associar a outras intelecções como a análise antropológica, sociológica, psicológica, econômica e outras, o que evidencia o quanto é complexo entender porque uma sociedade assentiria em permitir a sua própria destruição, já que o ser humano só tem significado a partir de sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é algo que pode ser carregada consigo até o último dia de vida, especialmente aquela que marca, e assim concebida, nela existem sentimentos, emoções, interpretações, vivências, um mundo de escolhas, delimitando uma experiência pessoal boa ou ruim.

E nesse percurso muito se perde. Perde-se na mente do que possui a memória, e na própria História, realçando a máxima de que a existência de algo ou alguém vive enquanto lembrado.

Para além, da dimensão individual, as ações humanas surtem reflexos de diferentes formas e extensões na sociedade, revelando o modo de ser social, econômico, político, dentre outros de determinado local, sendo necessária a existência de um espaço criado com a função de salvaguardar os fatos que se somente guardados na memória de quem os vivenciou, perder-se-ia no tempo.

O Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), então, revela-se como pilar fundamental na construção da História do Estado de Sergipe e na preservação da identidade desse Estado, à medida que, permite a consecução da memória coletiva, em uma trajetória marcada por desafios e dificuldades, como demonstrado ao longo do artigo.

A precariedade estrutural e na seara da gestão se fazem presentes ao longo dos anos da existência do acervo ora colocado em salas e sessões emprestadas, e também quando já estabelecido em um prédio próprio, revelando que a sociedade não tem ciência do quanto é prejudicial essa precarização, e revelando a própria negligência governamental.

Em sua história, o APES sobreviveu até os tempos atuais, devido os esforços heroicos de seus funcionários que a todo tempo buscam alternativas de colocar esse patrimônio sergipano em lugar de destaque e transformá-lo em recinto devido à correta manutenção de seu acervo.

Além disso, é necessário ressaltar os esforços empreendidos por parte dos estagiários que, como pilares que sustentam a preservação do acervo, mesmo sem receber sequer insalubridade, “colocam a mão na massa” e trabalham diretamente com a razão de ser dessa Instituição, a documentação que precisa ser limpa, bem acondicionada e organizada, para que, a partir desse ponto possa se pensar em preservação de memória, identidade e História.

Fica claro que a importância do Arquivo de Sergipe vai além de ser repositório de documentação, é um local que evoca a possibilidade de se moldar narrativas históricas, de emanar poder diante do trabalho de pesquisa por parte de profissionais e estudantes, principalmente das humanidades e ciências sociais aplicadas, que em suas análises críticas, interpretam os documentos, transformando informação em conhecimento.

A atuação de figuras como Beatriz Góis Dantas e Terezinha Alves de Oliva, assim como a contribuição de estagiários e pesquisadores, foi crucial para a manutenção do arquivo em momentos críticos. Esses esforços destacam a importância do envolvimento da sociedade civil e da academia na defesa desse patrimônio.

A análise comparativa, feita neste artigo, entre as décadas de 1970 e os anos de 2021 a 2023 evidencia que, apesar dos avanços, as condições ideais para a preservação do acervo ainda não foram alcançadas, reforçando a necessidade de maior atenção e investimento, reforçando a necessidade de investimentos em modernização, assegurando que continue a servir como alicerce para a pesquisa, a educação e a preservação da história sergipana.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Acesso à Informação reforçam a obrigação do Estado em garantir a preservação e o acesso aos documentos públicos, mas a realidade do APES ainda não é ideal. A ausência de um modelo eficiente de gestão documental não apenas prejudica a salvaguarda do acervo, mas também limita o potencial do arquivo como ferramenta de transparência e construção identitária.

A análise do Arquivo Público do Estado de Sergipe nos anos de 2021 a 2023 revela um cenário de desafios persistentes, mas também de esforços significativos para resgatar e preservar o acervo documental.

Nesse diapasão, se o APES está preparado para permitir o amplo acesso à informação? Se consegue continuar a lutar pela salvaguarda da documentação, e consequentemente da memória e identidade sergipanas? De certa forma sim, mas aquém do ideal.

Por anos sua persistência demonstra a luta contínua pela valorização de um espaço que é vital para o acesso à informação e o exercício da cidadania, revelando a importância de sua missão de assegurar que a história administrativa, política e cultural de Sergipe não se perca, mas é fato que ainda não se pode afirmar que o acesso a documentação existente no APES é ampla, conforme preceitos legais.

Contudo, isso não se deve à falta de esforços dos que estão à frente do órgão, mas por forças externas que impedem uma real conservação desse patrimônio documental, como um maior investimento financeiro, gerencial, com a confecção de uma tabela de temporalidade, e em recursos humanos, pois ainda existem documentações a serem devidamente organizadas e limpas para serem disponibilizadas ao público.

Dessa forma, pode-se dizer que o Arquivo Público do Estado de Sergipe é lugar de memória viva, essencial para a compreensão do passado e a construção do futuro, em que a luta pela manutenção, portanto, não é apenas uma questão institucional, mas um compromisso com a sociedade e com as gerações futuras.

Retorna-se à terceira parte desse artigo, em suas linhas finais e aqui, novamente, repete-se a reflexão de o porquê uma sociedade assentiria em permitir a sua própria destruição, já que o ser humano só tem significado a partir de sua própria História.

Assim sendo imperativo que haja maior conscientização sobre o valor desse patrimônio, envolvendo não apenas o poder público, mas a comunidade acadêmica e a população em geral. Somente assim será possível garantir que o APES continue a cumprir seu papel como guardião da história e da identidade sergipanas, servindo como alicerce para o desenvolvimento social e cultural do estado, em verdadeira manutenção da História.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTE BIBLIOGRÁFICA PRIMÁRIA

VIEIRA, Eden Filipe Santos et al. **RELATÓRIO DE GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE – 2021**. Aracaju/SE. 2022

Livros e capítulos de livro

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: editora FGV. 2006, capítulos 11 e 12 .

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe – 1912/2012**. São Cristóvão, ed.UFS. 2012, pg 07 – 47

LE GOFF, Jacques. As mentalidades. Em: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org) **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1976, p. 68 – 83

_____. **História e memória**. 5. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Unicamp, 2003, p. 525 – 538

MARROU, Henri. A Utilidade da História. Do Conhecimento Histórico. 4 ed. Lisboa: Áster, 1975. p. 225 - 253

MACMILLAN, Margaret. Apresentando a conta da História. **Usos e Abusos da História**. São Paulo, Record, 2010, p. 119 – 138

NORA, Pierre. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. São Paulo. 1993

OLIVA, Terezinha Alves de. **A reorganização do arquivo público e a produção historiográfica sergipana**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, ed. 48.1, p. 27-38, 2018

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. *Biblios*, ano 7, n. 24, abr- jun. 2006

SCHLLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006

SILVA, Armando Malheiros da. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: afrontamento, 3ª ed. vol. 1. 2002

Revistas e periódicos

OLIVA, Terezinha Alves de. **A reorganização do arquivo público e a produção historiográfica sergipana**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, ed. 48.1, p. 27-38, 2018

Trabalhos acadêmicos

PORTO, Daniela Miguéns. *História e Evolução do Arquivo: a exemplaridade da Torre do Tombo*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em ciências documentais. Covilhã, jun. 2013

Digital

Arquivo Público do Estado de Sergipe. Disponível em: <https://apes.seduc.se.gov.br/>. Acesso em 11 fev. 2025

BARI, Valéria Aparecida; CORTES, Vanderléa Nóbrega Azevedo; SANTANA, Glêyse Santos. **A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ESTADO DE SERGIPE E SEUS REFLEXOS NA REALIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DE SERGIPE (APES)**. International Conference on Convergence in Information Science, Technology and Education – CONCITEC. Org. Barbara Coelho Neves. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Renata-Costa-6/publication/327280950_Elaboracao_do_Banco_de_Dados_Digital_Corpus_Diacronico_do_Portugues_Sergipano/links/5b861ec3299bf1d5a72eb149/Elaboracao-do-Banco-de-Dados-Digital-Corpus-Diacronico-do-Portugues-Sergipano.pdf#page=147. Acesso em: 29 jul 2022. pg.147 a 161

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2025

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: Uma impressão Freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Relume Dumará – Rio de Janeiro. 2001. Disponível em: https://archive.org/details/DERRIDAJacquesMalDeArquivoUmaImpressoFreudiana_201605/page/n21/mode/2up. Acesso em: 15 out 2023. p. 7 - 109

OLIVEIRA, Daniela Santos de. **A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL DO ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO EO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL EM SERGIPE**. 2014. São Cristóvão. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6704/2/Daniela%20Santos%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 25 jul 2022

VAINFAS. Ronaldo. **TRIUNFO DA OBRA: LE GOFF ENTRE AS MENTALIDADES, A MEMÓRIA E A HISTÓRIA**. Revista Brathair, 16 (2),

bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. 2016. ISSN 1519-9053. Disponível em: file:///D:/U/Downloads/vdreger,+art2_pt%20(3).pdf. Acesso em: 04 mar 2025

Audiovisual

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DuO_nfOampY&t=5s. Avaliação da Massa Documental acumulada: desafios e possibilidades (5ª Semana Nacional de Arquivos). 2022. Acesso em: 21 fev. 2025